

Ao contrário de Brogan, que conclui enfaticamente que Tocqueville só interessa nos nossos dias enquanto cronista de viagens e relator de usos e costumes tingidos de um certo tom exótico do passado, Epstein reconhece no francês um grande pensador político cuja seriedade moral e honestidade intelectual continuam a fazer vibrar os actuais estudiosos da democracia. Numa carta em que aborda a arte de bem escrever, Tocqueville afirma: “Existe uma qualidade comum a todos os grandes escritores, que serve como uma espécie de base aos seus respectivos estilos. Essa qualidade é simplesmente o bom senso.” (Carta a Stöffels, 1834) Aos olhos do leitor moderno nenhum outro atributo faz tanto jus à grandeza de Tocqueville como esse.

\*INVESTIGADORA DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICO, DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA



POR MIGUEL MORGADO \*

## Coragem

Cada época demonstra a sua densidade moral pelo valor que atribui à coragem e pelo modo como *interpreta* a “primeira” das virtudes. A nossa época não escapa a esta regra. Mas, por vezes, depara-se com uma estranha dificuldade em confrontá-la intelectualmente. Há um respeito e uma admiração pela coragem enquanto virtude cívica que perpassa nas palavras e gestos quotidianos das gentes comuns, no discurso público bem como nas práticas comuns, que não encontram na academia um interlocutor à sua altura.

Desde sempre que o soldado destemido que enfrenta os perigos do campo de batalha fornece o exemplo do homem corajoso. Mas nem só de guerra vive a coragem. A coragem é aplaudida pelo espectador do filme que tem o herói como protagonista, pelo cidadão que aprecia o comportamento do estadista bravo, pelo homem que é protegido por um seu amigo, pela mulher que observa a colega ousada, pelo médico que acompanha o paciente gravemente doente. De resto, e como alerta Sócrates no *Laques*, a coragem tem de abranger não só os que são bravos perante a dor e medo, mas também os que são hábeis no “combate contra os desejos e prazeres, quer pela não cedência de terreno, quer pela fuga”. Sendo a coragem uma virtude eminentemente política, é tarefa da ciência que estuda a política escolher essa virtude como seu objecto de estudo. E, já que se menciona a ciência política, o politólogo tem de compreender que a sua vocação também não se realiza sem o exercício da coragem. Coragem é necessária para estudar a coragem. Para quem julgar estas palavras vazias,

basta acompanhar Sócrates nos seus diálogos, exercício que testa implacavelmente a exortação.

Linda Rabieh no seu livro *Plato and the Virtue of Courage*, um excelente, meticoloso e nem sempre fácil comentário ao curto – e muito esquecido – diálogo platónico *Laques*, sugere até que a coragem é talvez mais prezada do que a justiça. Rabieh ilustra o ponto através do elogio de Rudy Giuliani a Winston Churchill que não duvidava da prioridade da coragem, já que constituía a garantia de todas as restantes virtudes. Não custa perceber a origem de tão universal consagração. A coragem é uma virtude política: a coragem patriótica, ou a sofrida dedicação a uma entidade colectiva da qual fazemos parte – o regime político, a nação, o pelotão, a família – constitui apenas a sua manifestação mais expressiva. Admitindo que a coragem implica muitas vezes o (derradeiro) sacrifício do bem próprio em benefício do bem do próximo, somos levados a admirar e a nos deixarmos comover pela devoção generosa do outro. Por esta razão, a coragem é igualmente uma virtude trágica. Tão trágica que muitas vezes os mais cínicos se apressam a denunciar a sua futilidade, não obstante a intrínseca nobreza do acto. A excelência do corajoso que sacrificou a sua vida apenas perdura na memória alheia, e não há prémio que compense tamanho dom; a menos que um deus omnipresente se encarregue de registar a coragem ao serviço do bom combate.

Porém, o cínico não dá conta da aspiração tão própria dos homens de realizar feitos e actos nobres. A admiração da coragem alheia intensifica o desejo de imitá-la. Claro que para uma parte substancial da academia ocidental este não é um motivo de júbilo, mas antes de lamentação. Psicólogos, sociólogos e, em

particular, o pensamento feminista vêem nesta inclinação humana um movimento que deve ser contrariado. Afinal, dizem os críticos da coragem cuidadosamente tratados por Rabieh, a triste emulação é causa indesmentível da opressão, da violência e da guerra. Mais, por efeito de contágio, desvaloriza a compaixão e a resolução pacífica dos conflitos humanos. A coragem heróica e a inspiração que gera são vestígios de um mundo que tem de ser superado. Resta saber se o homem pode ter a sua casa num mundo em que a coragem heróica já não desperta o desejo de nobreza. Os gregos só tinham uma palavra – *andreia* – para designar simultaneamente coragem e masculinidade. Falar de coragem é coincidente com o falar do que é próprio do homem, do ser homem. Abolir a coragem é o primeiro passo para a abolição do homem.

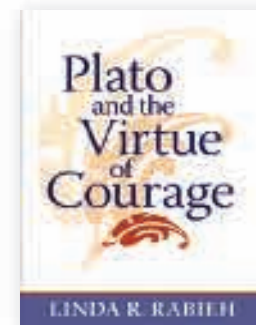
Dentre as várias personagens do diálogo *Laques*, contam-se dois grandes generais atenienses, *Laques* e Nícias, associados de modo curioso pela autora respectivamente aos generais americanos George Patton e Colin Powell. Em grande parte, *Laques* reproduz o diálogo e as divergências entre os dois generais atenienses quanto à natureza e ao significado da coragem, sempre sob mediação do eterno Sócrates, que se vê enredado na espinhosa missão de questionar dois militares prestigiados sobre um assunto que tem para eles mais do que um mero interesse intelectual. Desafiar as ideias de coragem de dois generais sem ferir o seu orgulho não é coisa de pouca monta, ainda para mais a meio da Guerra do Peloponeso. As divergências dos dois generais podem ser resumidas a dois tipos distintos de coragem: coragem destituída de prudência e coragem inteiramente determinada pela prudência. Poder-se-ia pensar que algo análogo ao justo meio forneceria a resposta mais adequada à questão da natureza da coragem. Porém, um outro elemento complica o raciocínio: saber se o homem corajoso é o que realiza algum bem para além de agir corajosamente ou se o acto corajoso é um fim (nobre) em si mesmo. Todos concordam que a coragem é muito importante para o homem, mas ninguém se entende quando cabe responder à pergunta “o que é a coragem?”, e ninguém sabe qual a forma de educar os jovens para o exercício da virtude. Mas por entre tantos dilemas e respostas que rapidamente se revelam provisórias, Sócrates deixa notar a intenção, não de mostrar que as concepções tradicionais de coragem

*Uma versão liberal da política que se envergonha da coragem estará em apuros quando precisar combater os seus inimigos*

estão *erradas*, mas que estão, por assim dizer, em estado bruto e que carecem de lapidação. O instrumento de lapidação é usualmente o próprio diamante; no caso dos diálogos platónicos é a razão.

Rabieh não o faz, mas seria porventura interessante notar que o grego Plutarco colocava na boca do rei Agesilau, o governante da pátria antiga da coragem, as palavras que indicavam a simbiose da coragem com a justiça, na medida em que a coragem sem justiça não tem valor, mas “se todos fossem justos, então ninguém precisaria ser corajoso”. A verdadeira coragem parece ser, portanto, a coragem de *ser justo*. É irónico que seja um espartano a remeter para a associação íntima entre virtudes diferentes, ou como diria o Sócrates do *Laques*, a sublinhar que coragem e justiça são aspectos diferentes da mesma excelência. Com este contributo, ilumina-se o propósito dos admiradores escrupulosos

da coragem: não o de cair em vênias à passagem de qualquer forma de coragem, mas de uma coragem *nobre*. Assim, esclarecem-se mais depressa as dúvidas que alguns levantaram quanto ao conteúdo moral da acção dos terroristas que despenharam os aviões naquela terrível manhã de Setembro. Porém, o segredo da doutrina platónica da coragem não reside na intimidade entre coragem e justiça, mas no apoio mútuo entre coragem e sabedoria.



**Plato and the Virtue of Courage**

**Rabieh Linda R.**

Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006, 209 pp.

Do diálogo *Laques* sobra a impressão de que a coragem tem um *Laques* que não é racional. A coragem revela força ou resistência. Não é coisa simples precisar que força ou resistência é essa. Mas, seja como for, Platão pretende explorar a sua origem psíquica. Rabieh sabe que, neste aspecto, a leitura do *Laques* não é suficiente. É necessário atender ao diálogo em que Platão aborda demoradamente o recurso da alma que fornece a ferocidade sustentadora da acção corajosa. *Plato and the Virtue of Courage* vira-se, então, para a *República* e o seu tratamento de uma parte da alma em particular, o *thumos*. Se a introdução do *thumos* completa a análise psicológica da virtude da coragem e nos faz regressar à relação entre coragem e justiça, também reforça a necessidade de a aperfeiçoar e refinar, e de se operar a distinção entre a coragem *política* e a coragem *filosófica*, retomando assim a relação entre coragem e sabedoria.

O liberalismo contemporâneo mantém uma relação ambivalente com a virtude da coragem. Por um



lado, não se esquece da sua importância e necessidade. Por outro, tem dificuldades em articular uma concepção do homem e da política propícia ao cultivo da dita excelência. Se, como subtilmente sugere Rabieih, os liberais não se importam de elogiar a coragem na vida privada dos homens, é nítido o seu desconforto quando se trata de elevá-la ao pedestal do domínio público. Contudo, é legítimo supor que uma versão liberal da política que se envergonha da coragem estará em apuros quando precisar combater os seus inimigos, ou quando vir a cidadania que a suporta esvair-se numa existência apática, egoísta, prosaica e hedonista em que o acto nobre, o sacrifício e o dever perdem sentido. Nos nossos tempos, não podemos prescindir de saber o que a coragem é, nem por que razão jamais perderá o seu estatuto de excelência da alma. Parafraseando o general Nícias do *Laques*, não podemos ignorar o que um homem bom deve saber. Não há melhor lugar por onde começar do que o *Laques* de Platão, acompanhado por *Plato and the Virtue of Courage*.

\* INVESTIGADOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICO E DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

## Cidadania Uma visão para Portugal

Com prefácio de Roberto Carneiro e introdução de Luís Barbosa, trata-se de uma recente compilação de textos de personalidades da sociedade civil portuguesa, com certa diversidade de pontos-de-vista: Mário Soares, Diogo Freitas do Amaral, António Correia de Campos, Augusto Santos Silva, Eduardo Marçal Grilo, Francisco Louçã, Joaquim Gomes Canotilho, Jorge Miranda, José Manuel Fernandes, Miguel Cadilhe, Miguel Veiga, Paulo Teixeira Pinto e Teresa Ambrósio.

O que é a cidadania e quem é o cidadão? Cidadão é o titular dos direitos políticos e dos deveres de cidadania. E que deveres são esses? Freitas do Amaral cita Aristóteles e Karl Popper quando diz que o bom cidadão é o bom governante, que actua apenas no sentido do bem-comum; e é também o bom governado, que escolhe o bom governante e expulsa o mau. O governante é, aliás – e como refere Jorge Miranda –, também um cidadão; e não deve ser considerado membro de algum tipo de casta especial da sociedade. Partindo do que defende Freitas do Amaral, que só

POR ANTÓNIO VIEIRA DA CRUZ \*

nas democracias há verdadeiros cidadãos, podemos avançar no argumento de Miranda: a democracia, pela periodicidade da consulta aos governados, permitiria estreitar as relações entre estes e os governantes, bem como o exercício da capacidade crítica pelos cidadãos e uma cultura de participação e debate. Os deveres de cidadania serão assumidos no âmbito da lei – se bem que a disparidade entre o legal e o real, como nota Augusto Santos Silva, seja um dos grandes problemas da actualidade; dever prioritário de cidadania, segundo Canotilho, será a “inclusão dos excluídos”. Podemos confrontar esta posição com a de Miranda, para quem importa impedir a discriminação das minorias, preservando a sua identidade. E nem sempre é fácil a integração das comunidades de imigrantes. José Manuel Fernandes sublinha que é necessário haver patriotismo para que haja cidadania, e assinala o aparecimento de novos tipos de cidadãos, como os *bloggers*, que apelida de “cidadãos jornalistas”. Já Miguel Veiga refere-se a si próprio, “cidadão militante”.

A cidadania tem de se adaptar aos tempos. Ser – –se cidadão no século XXI, sugere Teresa Ambrósio, é ser vigilante e não se limitar ao simples voto; delegar poder, mas não todo; vigiar quem nos representa. Na chamada pós-modernidade, novos desafios se avistam para o bom exercício da cidadania. Os conflitos religiosos e civilizacionais